



GT 54. Interculturalidade e Saúde Pública no Brasil: projeto social, político, ético e epistêmico.

Coordenador(es):

Maria Helena Ortolan (UFAM)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB - Universidade de Brasília)

Compartilhando a compreensão de Catherine Walsh (2009:14) sobre interculturalidade - "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico -, a proposta do Grupo de Trabalho é reunir trabalhos resultantes de pesquisas etnográficas e também de reflexões de agentes atuantes no campo da saúde pública, com objetivo de promover discussões analíticas sobre a complexidade da implementação de políticas públicas de saúde pautadas pelo princípio intercultural em sociedades e Estados-nações que, efetivamente, mantêm estruturas sociais e políticas monolíticas. O desafio teórico-metodológico aqui é compreender a interação de culturas diversas e não seu isolamento. No contexto globalizado contemporâneo, com intensificação das relações entre povos de culturas diversas, Néstor García Canclini ressalta a necessidade do estudioso "converterse en un especialista de las interseccion" (2005:101), considerando a interação das diferenças a partir de concepções como "desigualdade", "conexão/desconexão", "inclusão/exclusão". No campo da saúde pública no Brasil, por exemplo, a promoção da atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, continua sendo um grande desafio político e epistêmico. Espera-se aqui discutir outros exemplos de atenção à saúde que exigem a interculturalidade, seja por diferenças étnicas ou mesmo outras.

Entre humanizar o diferente e diferenciar os humanos: políticas estatais de saúde no baixo Oiapoque

Autoria: Karine Assumpção (Universidade Estadual de Campinas)

Desde a criação do Subsistema de Saúde Indígena (SASISUS) em 1999, as equipes multidisciplinares de saúde que atuavam no baixo rio Oiapoque frequentemente operavam com as vagas de médicos não preenchidas, situação alterada somente em 2014, com a implementação do Programa Mais Médicos (PMM) e sua política de provimento desses profissionais aos rincões do país, a qual levou médicos cubanos às terras indígenas da região. Essa co-existência de políticas estatais - SASISUS e PMM -, ao atenuar o déficit de médicos em atuação, e ao contratar profissionais cubanos formados em outra economia política da saúde? (KELLY, 2009), trouxe novas complexidades à organização e execução da chamada "política especial" de serviços de saúde para os povos indígenas (PNASPI, 2002). Uma dessas complexidades é a intersecção entre as concepções de "atendimento humanizado" (BRASIL, 2003) e "atenção diferenciada" (PNASPI, 2002) na interação com os agentes envolvidos no processo de saúde/doença da região amazônica, que inclui "outros humanos" (DIAS, 2000; ANDRADE, 2007; CAPIBERIBE, 2007, 2017). Com base na pesquisa que desenvolvo sobre as relações interétnicas entre médicos cubanos e povos indígenas no baixo Oiapoque, focarei neste work em refletir sobre a concepção legal de uma atenção diferenciada culturalmente sensível e como os agentes significam este diferenciado nas práticas de saúde que engendram junto aos indígenas.

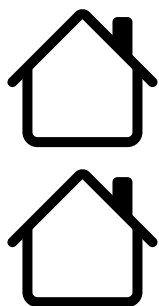
[Trabalho completo](#)



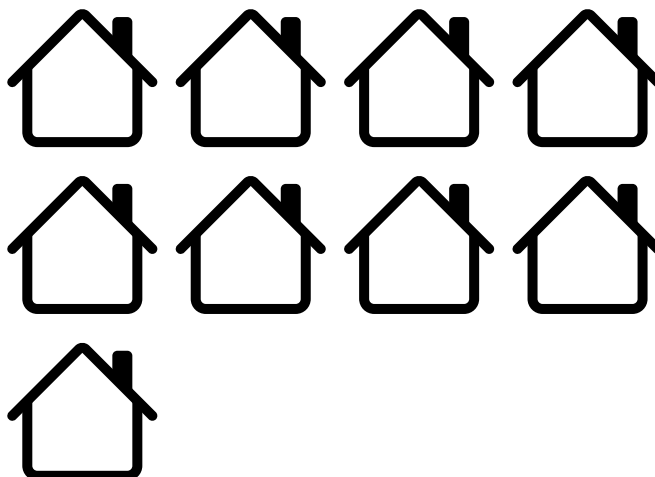
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: